



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 879ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a 879ª sessão, constituindo-se em Plenária Pública, sendo presidida por César de Queiroz Benjamin, Secretário Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro e Presidente deste Colegiado. Presentes os Conselheiros Afonso Celso Teixeira, Ana Maria Gomes Cezar, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Maria de Fatima Cunha, Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Simone Monteiro de Araújo, Mariza de Almeida Moreira, Marise de Fátima Raposo Borges e Rosana da Silva Medeiros. Registre-se, ainda, a presença das Sras. de Lucimar e Andreia, representantes do segmento responsável da 1ª e 3ª Coordenadorias Regionais de Educação, respectivamente, e do Guarda Municipal Gessiel, membro do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Justificada a ausência dos Conselheiros Izabel Cristina Gomes da Costa e Luiz Otavio Neves Mattos. Iniciando os trabalhos são apresentados os informes, oportunidade em que a Secretária deste Conselho comunica a formalização do convite à Profª Miriam Leite para a palestra do dia 06 de fevereiro quando será abordada a temática “Representatividade e Grêmio”. A seguir, distribui o Cronograma I/2018, comunicando aos Conselheiros presentes a remessa, via e-mail, das Portarias E/SUBG/CSGA nº 01/2018, que “estabelece normas para a realização da eleição dos membros do Conselho Escola-Comunidade e Conselho Fiscal nas unidades escolares da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro” e nº 02/2018 que “dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Escola Comunidade nas unidades escolares da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro”, bem como da Resolução SME nº 48/2018, que “institui o Programa Protagonismo Juvenil na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências”. A Conselheira Marise de Fátima pede permissão para fazer a leitura de um texto redigido por ex-aluno da Escola Municipal República do Peru, formado em Direito, versando sobre a atuação da atual Chefe de Gabinete da SME, Talma Romero, quando atuava na Direção da citada escola e parabenizando-a pelo cargo que ocupa atualmente. O Conselheiro Afonso Celso fala a respeito da decisão judicial que cancelou a concessão do pagamento de meia entrada nas casas de cultura e entretenimento para professores. Esclarece que o SINPRO RIO estava tentando estender o benefício aos demais funcionários da educação e foi surpreendido pelo cancelamento do benefício dos professores. A Conselheira Marise de Fátima sugere o nome do Sr. Misael para falar sobre o FUNDEB, conforme previsão contida no Cronograma I/2018. A esse respeito, a Secretária deste Conselho argumenta ser mais adequado solicitar ao Conselho do FUNDEB que indique um nome para ministrar a palestra. A Conselheira Ligia Aquino esclarece, ainda, que o objetivo da palestra é, sobretudo, conhecer a metodologia adotada pelo referido Colegiado para acompanhamento da política do Fundo em questão. A Secretária deste Conselho pede a palavra para solicitar que os membros desta Casa definam os palestrantes que abordarão a temática Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O Presidente deste Conselho, analisando o Cronograma I/2018, considera importante reservar mais de uma sessão para abordar o assunto, sugerindo, também, que a temática seja tratada por palestrantes com ideias diferenciadas sobre as

Bases. A Conselheira Ligia Aquino considera importante conhecer os estudos que estão sendo realizados pela equipe da Secretaria Municipal a respeito das BNCC, além do entendimento das correntes filosóficas e referenciais adotados na elaboração do citado documento. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente faz uso da palavra para informar sobre o processo de avaliação que irá envolver todos os níveis e setores da SME. Inicialmente, haverá um período destinado à auto avaliação, previsto para ser iniciado em marco, com duração aproximada de até 45 dias. O processo será coordenado pelo Nível Central da Secretaria, que enviará às unidades escolares alguns indicativos e questionamentos que deverão ser observados. Acrescenta que a proposta ainda se encontra em fase de construção, estando ciente de que, por se tratar de proposta inovadora, os resultados não serão excelentes na totalidade das escolas. No entanto, considera fundamental que as unidades escolares envolvam todos os segmentos nesse processo de conhecimento e, com base nos resultados construam seus projetos de trabalho. A Conselheira Maria de Nazareth Machado fala que pretendem abordar temas como consonância do PPP com as Orientações Curriculares e metas, Educação Especial, infrequência, evasão, CEC. Ressalta a importância da auto avaliação no sentido de facilitar a visualização das dificuldades e a busca de caminhos. A princípio, pretende-se que a equipe da escola dialogue com os diversos segmentos, não com a finalidade de identificar culpados, mas com a intenção de levantar os problemas existentes. A Conselheira Ligia Aquino destaca que a auto avaliação é um desafio para os participantes do processo, porém considera válida a iniciativa, a partir do momento que esteja pautada em parâmetros e referenciais bem definidos, levando-se em consideração a riqueza e a diversidade da Rede Pública de Ensino. O Conselheiro Afonso Celso relata sua preocupação da avaliação pretendida focar uma escala numérica, o que pode levar a um preenchimento descomprometido, quando o momento requer debate e reflexão profundos. A Conselheira Maria de Nazareth Machado fala que a intenção da auto avaliação é permitir que o Diretor conheça a realidade e identifique os desafios que precisam ser encarados. A Conselheira Simone Monteiro ressalta a riqueza desse momento, sugerindo que sejam observadas as contribuições de Lucchesi e Gandin e empenhados esforços para que a informação sobre esse processo circule entre os segmentos da comunidade escolar. A Conselheira Mariza Moreira destaca a importância da unidade da Rede de Ensino, o que não significa uniformidade. O Presidente deste Conselho concorda com a fala da Conselheira Simone Monteiro, destacando a dificuldade da informação circular nos diversos espaços da SME. Ilustrando sua afirmativa, cita a chamada de professores alfabetizadores. Embora tenham sido realizadas várias chamadas, por meio diversas mídias, ao se iniciar os encontros com os professores interessados, surgiram inúmeros questionamentos acerca dos critérios utilizados para a escolha de desses profissionais. Considera importante a mobilização da comunidade para um projeto real, razão pela qual os interessados em ocupar os cargos de direção nas unidades escolares não fizeram entrega antecipada se seus programas de trabalho, os quais deverão ser construídos coletivamente, com base nos resultados do processo de auto avaliação sob comento. O Conselheiro Afonso Celso concorda com a mobilização, embora ressalte a importância de haver uma perspectiva de melhora que incentive essa mobilização. A esse respeito, o Presidente deste Conselho retoma a palavra para alertar que resultados da avaliação não se constituam em pautas de reivindicações e terceirização de problemas. A Conselheira Simone Monteiro diferencia os conceitos “medir” e “avaliar”, ressaltando a importância da avaliação para a escola, sugerindo que a MULTIRIO seja parte integrante desse processo, que muito poderá colaborar para sua divulgação. A Conselheira Marise de Fátima pede a palavra e solicita ao Presidente deste Conselho um momento/ reunião para conversar diretamente com os responsáveis, favorecendo maior participação desse segmento. Finalizando a fase de informes, ainda com

a palavra, o Presidente deste Conselho informa que o empréstimo solicitado à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$200 milhões, superior à expectativa inicial que era de 150 milhões, está em fase final de liberação. Tais recursos destinam-se à finalização das obras em sete novos equipamentos escolares; à climatização de cerca de 500 escolas e a conclusão desse processo em outras 500 unidades escolares; e à melhora da conectividade. Destaca que as escolas que virão a ser atendidas com esses recursos foram selecionadas a partir da realização de um senso, baseado em critérios transparentes, para levantamento das condições físicas dos prédios escolares. Isto posto, passa-se à leitura e aprovação da ata da 878ª sessão. Com relação às considerações sobre a palestra Integração/Inclusão, próximo ponto desta pauta, a Secretária deste Conselho relata que a ata referente à temática foi encaminhada por e-mail, além de integrar a pauta da sessão de hoje. Lembra que parte da discussão sobre a temática já aconteceu na sessão anterior e existe mais um momento para discussão no mês de fevereiro. A Conselheira Ligia Aquino destaca que considera importante aprofundar os conceitos envolvidos na temática. A Conselheira Maria de Nazareth Machado relata que estão elaborando protocolos, junto ao Instituto Municipal Helena Antipoff, para o atendimento a alunos deficientes, oriundos de escolas regulares, que não conseguem aprender de forma satisfatória. Com relação à re/ratificação da minuta que virá a constituir a Deliberação CME nº 29/2018, a Secretária deste Conselho sugere que seja autorizada em sessão ordinária a acontecer no mês de fevereiro. Sugestão aceita pelos presentes. E, por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094.175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos presentes na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2018.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA

11/094.175-7

Secretária do CME/RJ